



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

11 de setembro de 2018

Notícias do Dia

Desafios de SC

"O rombo da previdência"

O rombo da previdência / Iprev / Instituto de Previdência de Santa Catarina / Aposentadoria / Professor / Guilherme Valle Moura / Departamento de Economia e Relações Internacionais / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Déficit / Reforma previdenciária / Sintespe / Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina / SCPrev / Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina

Editor: **FELIPE ALVES**
felipe.alves@noticiasdodia.com.br

NOTÍCIAS DO DIA **Desafios de SC.3**
FLORIANÓPOLIS, TERÇA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2018



Com foco nas eleições 2018, o Grupo RIC mapeou 10 desafios que o próximo governador vai precisar encarar ao assumir a Casa d'Agronômica. A série Os Desafios de SC mostra temas que lidam diretamente com a economia e o desenvolvimento do Estado. As reportagens especiais vão ao ar sempre nas segundas e quintas na RICTV Record, e serão publicadas todas as terças e sextas nas Notícias do Dia, junto com o posicionamento dos candidatos sobre como cada um irá lidar com o desafio caso seja eleito. O desafio desta edição é a previdência.

O rombo da previdência

Déficit em Santa Catarina chega a R\$ 3,7 bilhões para pagar os salários dos servidores públicos aposentados

VANESSA DA ROCHA
Especial para o Notícias do Dia

A aposentadoria, que representa o merecido descanso do trabalhador, é o pesadelo dos cofres públicos. É assim no mundo, no Brasil, e em Santa Catarina não é diferente. Os números provam: a previdência estadual apresenta um rombo de R\$ 3,7 bilhões. "Temos uma massa de inativos aí enorme e a população economicamente ativa está reduzindo", diz o professor Guilherme Valle Moura, do departamento de economia e relações internacionais da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

O aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de fecundidade têm envelhecido a população, o que coloca em xeque o modelo usual da previdência em que os ativos mantêm o fundo que sustenta os aposentados. Somado a isso, estão falhas na administração fiscal. E pronto. Está armado o cenário para o rombo previdenciário.

Com receita menor do que a despesa, o Iprev (Instituto de Previdência de Santa Catarina) é deficitário. Mudanças na previdência estadual foram feitas no final de 2015, mas elas não foram suficientes para tapar o furo. Em 2017, a despesa previdenciária foi de R\$ 3.299.678.853. A receita obtida com as contribuições (tanto do Estado quando dos servidores)

foi de R\$ 1.288.180.000. Faltaram R\$ 2.011.498.853. O resultado é que todos os meses o Estado precisa arcar com cerca de R\$ 300 milhões para fechar a conta.

Os números ainda podem ser piores. Um levantamento realizado pelo contador, economista e especialista em finanças públicas Darcy Carvalho dos Santos indica que a receita do Estado subiu 73,3% entre os anos de 2007 e 2017. No mesmo período, os despesas com a folha dos servidores subiram 109%.

De acordo com os dados colhidos por Darcy, a despesa da previdência chegou a R\$ 5,9 bilhões no ano passado (incluindo as contribuições dos servidores, dos sindicatos, do Estado e todas as outras despesas administrativas). O número representa uma fatia de 27% do orçamento anual. Ele justifica a divergência com os valores divulgados pelo Iprev, pois os dados são coletados de várias fontes.

"O problema é sério. Santa Catarina é um dos Estados que têm a situação mais complicada em relação à previdência. O próximo governador não pode deixar de atacar isso", explica o consultor econômico e ex-secretário de assuntos econômicos do Ministério do Planejamento, Raul Velloso. "Vai ser necessária muita negociação política para atacar esse problema", diz ele.

Leia mais nas **PÁGINAS 4 E 5**



Instituto de Previdência de Santa Catarina tem receita menor do que a despesa

Como se formou o déficit

Divida cresce todos os anos e hoje o Estado desembolsa R\$ 300 mi por mês para cobrir rombo



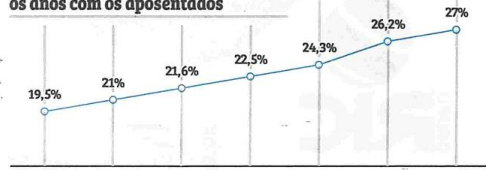
■ A previdência dos Estados se sustenta com servidores que contribuem todo mês com uma alíquota para a manutenção de um fundo. No início, havia bastante dinheiro no fundo.

■ Como tudo ia bem, não havia problema em conceder aumentos salariais, garantir a aposentadoria de pessoas com 50 anos de idade ou menos e também fazer retiradas do dinheiro do fundo para pagar outras despesas.

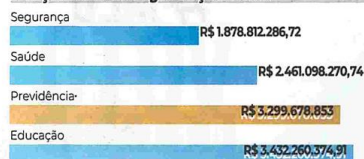
■ O número de aposentados e as despesas da previdência começaram a subir. O dinheiro do fundo caiu.

■ O sistema passou a atuar em déficit. Todos os meses o Estado precisa desembolsar mais de R\$ 300 milhões para garantir os vencimentos dos aposentados.

O percentual aumenta todos os anos com os aposentados



Os gastos com a previdência superam o orçamento da segurança e saúde



* Gastos brutos, incluindo a contribuição do Estado e dos servidores

FORNE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA SC, IPREV, SCPREV E DADOS BRUTOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ESTADOS COMPILOSADOS PELO ECONOMISTA DARCY CARVALHO DOS SANTOS.

Busca por solução gera resistência

Servidores do Estado têm regras para o pagamento das aposentadorias conforme a faixa salarial

Todos os meses, cerca de 300 servidores se aposentam e a conta só cresce. "Se Santa Catarina não realizar uma reforma previdenciária, seguirá o mesmo caminho que o Rio Grande do Sul", alerta o especialista em finanças públicas Darcy Carvalho dos Santos ao se referir ao Estado vizinho que tem parcelado os salários dos funcionários públicos por causa da grave crise financeira. De fato, o déficit atuarial da previdência, que é uma projeção total da dívida para o futuro, chega a R\$ 145 bilhões.

As últimas mudanças na previdência do funcionalismo catarinense ocorreram no final de 2015 quando as alíquotas de contribuição foram elevadas. O desconto na folha dos servidores subiu de 11% para 14% e do Estado de 22% para 28%. Apesar da resistência, a proposta foi aprovada e impediu o crescimento da dívida em R\$ 838,2 milhões.

O presidente do Sintespe (Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina) Antonio Celestino Lins diz que o quadro geral dos servidores públicos costuma ser prejudicado, enquanto outros grupos têm as regalias ampliadas. "Para se ter uma ideia, os servidores estão desde 2012 sem reposição salarial. O nosso piso é de R\$ 820 e o teto R\$ 1.910. Já o teto do Judiciário está vinculado a 90% do salário dos ministros do STF, que acabou de ser aumentado e vai gerar efeito cascata".

Também em 2015, foi criada a SCPrev (Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina). Nesse modelo, os servidores que ingressaram no Estado a partir de 2016 são regidos pelo teto da previdência social, que está em R\$ 5.645,81. Os servidores que ganham mais e querem se aposentar com um valor superior ao teto podem adotar o plano complementar da SCPrev. A novidade também foi alvo de insatisfação, dessa vez entre os servidores que têm salários maiores. Ao próximo governador ficará o desafio de lidar com tantos interesses correlatos numa massa tão influente. ●

Estados que mais gastam com a previdência

Levantamento mostra que Santa Catarina tem um dos maiores percentuais do país

Pos	UF	Receita Corrente Líquida	Gastos com previdência	Porcentagem
1º	Minas Gerais	R\$ 55.137.158.000	R\$ 21.999.212.000	39,9%
2º	Rio Grande do Sul	R\$ 37.308.941.000	R\$ 14.448.679.000	38,7%
3º	Rio de Janeiro	R\$ 52.281.633.000	R\$ 19.286.673.000	36,9%
4º	Rio Grande do Norte	R\$ 9.483.158.000	R\$ 3.383.226.000	35,7%
5º	Sergipe	R\$ 7.139.307.000	R\$ 1.984.418.000	27,8%
6º	Santa Catarina	R\$ 22.090.248.000	R\$ 5.967.300.000	27%
26º	Roraima	R\$ 105.680.000	R\$ 3.283.635.000	3,2%

FONTE: DADOS BRUTOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ESTADOS COMPILADOS PELO ECONOMISTA DARCY CARVALHO DOS SANTOS

Alternativas a longo prazo

■ "A aposentadoria não seria problema se, quando em atividade, eles (os servidores) tivessem contribuído de forma suficiente para custear a renda futura, e se os empregadores (isso inclui o Estado) também tivessem aportado recursos e não sacado quando da menor crise", diz José Roberto Afonso, pesquisador do FGV IBRE (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Para o especialista em finanças públicas Darcy Carvalho dos Santos, as aposentadorias estão ocorrendo muito cedo e os servidores estão recebendo mais do que contribuindo. "Uma pessoa que se aposenta com menos de 50 anos e vive até os 80 anos, contribuiu menos e recebe mais.

O paternalismo está quebrando o Brasil", diz.

Qual é o caminho para reduzir o rombo da previdência? Na opinião de José Roberto Afonso é preciso envolver todos os servidores. "Aprovar uma reforma que alcance e iguale todos os trabalhadores, independentemente de onde trabalham, e no qual eles se aposentem recebendo aquilo para o qual efetivamente contribuíram".

Para o cientista político da Univali Eduardo Guerini, o desafio está nas mãos do próximo governador. "O governo que assumirá em 2019 deve ter ousadia para transformar a gestão pública catarinense, buscando efetivar uma prestação de serviços de qualidade à população catarinense".

Regimes da previdência

Repartição simples

■ **Vigência em SC:** É o regime atual da previdência do Estado

■ **Como funciona:** É igual ao do INSS. As contribuições do trabalhador em atividade pagam o benefício do aposentado

Capitalização

■ **Vigência em SC:** Deixou de ser adotado no Estado.

■ **Como funcionava:** É criado um fundo para receber as contribuições que são aplicadas em ativos de renda fixa e variável. O servidor recebe o valor de suas reservas mais os rendimentos.

ELEIÇÕES 2018

#MEU VOTO DECIDE



GRUPO RIC

PATROCÍNIO:



Fecomércio SC
Sesc Senac

Como cada candidato ao governo de SC irá lidar com a previdência?

ÂNGELO CASTRO (PCO) E JESSÉ PEREIRA (PATRI) NÃO ENVIARAM AS RESPOSTAS À REPORTAGEM.

Além de apresentar os desafios que o próximo governador de Santa Catarina terá pela frente, a série de reportagens do Grupo RIC quer ouvir dos candidatos suas propostas para os temas retratados. Em todas as edições da série, os nove candidatos ao governo terão a oportunidade de apresentar ao leitor sua visão sobre diversos assuntos. Confira a seguir a resposta de cada candidato.



Carlos Moisés (PSL)

"O governo, de forma pouco responsável, lança mão de recursos dos fundos destinados a garantir a manutenção da previdência dos servidores. Quando o Estado recorre a esses artifícios, o faz em detrimento da sustentabilidade dos sistemas de previdência. Somos contrários à desvinculação das receitas previdenciárias, de modo a impedir que o Estado continue inviabilizando os sistemas previdenciários".



Décio Lima (PT)

"Começaremos pelo combate a abusos e privilégios que porventura existam. Precisamos é fazer justiça, pois a previdência é a garantia para que o nosso servidor tenha um período de tranquilidade e possa, acima de tudo, se planejar. Agora será preciso entender o porquê da aprovação em 2015 da Lei Complementar que extinguiu o Fundo Previdenciário e que foi incorporado ao Fundo Financeiro".



Gelson Merisio (PSD)

"Aqui em Santa Catarina as reformas possíveis já foram feitas na gestão de Raimundo Colombo, com ajuste da alíquota para 14% e criação da SCPREV, de previdência complementar. A solução do 'rombo' não é de curto prazo, mas é possível minimizar o problema se tivermos um Estado mais forte economicamente. É para isso que vamos trabalhar".



Ingrid Assis (PSTU)

"Pretendemos rever as reformas feitas. Defendemos um modelo de previdência pública solidária e por repartição que garanta ao aposentado integralidade e paridade. O que provoca o rombo são as renúncias fiscais aos grandes empresários, os grandes sonegadores, os financiamentos subsidiados aos grandes empresários, os privilégios de políticos e juizes e a dívida pública paga aos banqueiros".



Leonel Camasão (PSOL)

"O rombo da previdência é relativo e fruto da má gestão. Nós vamos gerir a previdência com pulso firme e responsabilidade, fazendo o Estado arcar com seus compromissos. O que não pode é estarmos falando em rombo na previdência enquanto o atual governo de Colombo e Moreira continua pagando pensões aos ex-governadores. Nosso governo não vai pagar mais pensões para políticos".



Mauro Mariani (MDB)

"Diante do quadro complexo, o governo do Estado precisa ampliar a discussão junto à sociedade, tratando o tema com urgência. Também não pode se omitir nas questões que lhe cabem, a exemplo das ações desenvolvidas neste ano pelo IpreV, promovendo melhorias significativas nos serviços e ampliando o potencial de captação de novos recursos para o Estado, por meio da compensação previdenciária".



Rogério Portanova (Rede)

"O do IPESC necessitaria de uma avaliação do modelo e cobrar dos devedores, bem como das obrigações que o Estado negligenciou. A partir desta análise, ver onde existem distorções e privilégios incompatíveis. Há um fator esquecido quando tentam fazer a reforma nos moldes meramente atuariais: grande número de aposentados sustenta as famílias e muitas vezes são eles que investem em educação dos familiares".

Notícias do Dia Capa e Cidade

"UFSC fecha as portas de museu"

UFSC fecha as portas de museu / MARquE / Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral / Gestão / Universidade Federal de Santa Catarina / Crise / Operações da Polícia Federal / Morte / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Diretora / Luciana Silveira Cardoso / Incêndio / Museu Nacional do Rio de Janeiro / Obras / Franklin Cascaes / Laboratório de Arqueologia / Ubaldo Cesar Balthazar / Chefe de Gabinete / Áureo Mafra de Moraes / Alvará / Habite-se



UFSC fecha as portas de museu

MARquE, inaugurado há cinco anos, não tem alvará e nem Habite-se, mas reúne muitos problemas estruturais

ANDRÉA DA LUZ
andrea.luz@noticiasdodia.com.br

A segunda-feira (10) amanheceu com portas fechadas no MARquE (Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral) da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Inaugurado há apenas cinco anos, o prédio que abriga o museu apresenta infiltrações, goteiras, não tem rampas de acesso para portadores de deficiência física e o sistema de fuga, no caso de incêndio, está mal sinalizado. O prédio não tem Habite-se nem alvará de funcionamento, mas mesmo assim foi inaugurado, há cinco anos. O fechamento do museu é mais um dos muitos problemas que a UFSC enfrenta desde a crise que se instalou na universidade após duas operações da Polícia Federal e a morte do reitor Luiz Carlos Cancellier de Oliveira.

A decisão extrema foi tomada na quarta-feira (5), durante uma reunião entre a diretora Luciana Silveira Cardoso e funcionários do museu. Segundo Luciana, a medida foi considerada necessária para evitar qualquer acidente mais grave - a exemplo do incêndio que destruiu grande

parte do acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro.

A intenção é evitar que as pessoas que utilizam o espaço - estudantes, visitantes e pesquisadores - se exponham a riscos desnecessários. A diretora do museu relata que a maior parte dos problemas é estrutural. "Quando chove aparecem goteiras e há infiltrações perto das janelas, nos rodapés, em algumas paredes e na marquise da frente, onde já mandamos retirar as lâmpadas para evitar curtos-circuitos", diz.

Com a chuva intensa da semana passada, alguns dutos por onde passam os fios da rede elétrica encheram de água, causando um curto-circuito que deixou o imóvel sem energia elétrica. A ausência de rampas de acesso para quem tem problemas de locomoção é contornada com o elevador. "Mas no caso de incêndio, o elevador não funciona e a saída de emergência, que fica no segundo andar, leva para uma escada pela qual um portador de deficiência não poderia descer. E se o incêndio se alastrasse para essa rota de fuga, não teria como sair do prédio", avalia Luciana. ●



FOTOS FLAVIO TINANI

Museu de Arqueologia e Etnologia não tem rampas de acesso para portadores de deficiência física

Saiu no **ND**



No início de julho, ND publicou uma série de matérias sobre a crise que se instalou na UFSC



Infiltrações colocam em risco funcionários, visitantes e o acervo do museu



Acervo com mais de 40 mil peças

De acordo com a diretora Luciana Silveira Cardoso, além da segurança, a preocupação se estende à preservação do acervo, que abriga as principais coleções arqueológicas e de etnologia do Sul do Brasil e de Florianópolis. "Um dos exemplos é a coleção das obras de Franklin Cascaes, que doou seu acervo em vida para o MarquE e está tudo abrigado aqui", explica.

O museu não tem um plano de segurança, como pede a le-

gislação, nem gestão de riscos e, sem isso, não se pode avaliar o valor do acervo, que inclui mais de 40 mil peças. Por enquanto, o acervo não corre riscos porque as salas são climatizadas, mas em frente à sala da reserva técnica, onde ficam as peças sem acesso público, já há uma goteira. "O fechamento tem por objetivo trazer visibilidade a essas questões e oferecer mais segurança aos usuários", afirma Luciana.

Prejuízos para pesquisadores e estudantes

Todas as exposições e eventos realizados no MARquE são gratuitos, por isso, os maiores prejudicados são os pesquisadores, alunos da universidade e o público em geral. Com o fechamento, 15 pesquisadores do Laboratório de Arqueologia deixam de ter acesso ao local, além de estudantes, que costumam visitar o museu. "Essa semana, quatro visitas foram canceladas", diz Luciana Cardoso.

Apenas 12 pessoas agora

têm acesso ao prédio, incluindo funcionários e pessoal da segurança e da portaria. Os funcionários do museu fixaram uma carta aberta em frente ao prédio - a mesma que foi enviada ao reitor Ubaldo Balthazar e publicada no site do museu, explicando os motivos da medida.

O reitor está em viagem ao interior do Estado, mas agendou visita ao museu para a próxima segunda-feira (17). Segundo o chefe de gabinete

da Reitoria, Áureo Moraes, "não questionamos os relatos da diretoria do museu e já sabíamos de alguns problemas no prédio, mas a surpresa é com a decisão terminal". Moraes disse que o reitor vai ao museu para avaliar a gravidade da situação porque "em nenhum dos pedidos de manutenção do museu encaminhados ao gabinete nos últimos dois anos houve esse caráter de urgência", afirmou.

Diário Catarinense e A Notícia Giro Financeiro "Caminhos após a eleição"

Caminhos após a eleição / João Rogério Sanson / Professor / Economia / UFSC



MACROECONOMIA

JOÃO ROGÉRIO SANSON

PROFESSOR DE ECONOMIA DA UFSC

Caminhos após a eleição

Ante a proximidade das eleições, surge a dúvida sobre qual caminho o país seguirá para retomar o crescimento econômico.

O país, hoje, anda pelo caminho da redução do déficit público, com vistas a evitar o crescimento descontrolado da dívida pública. Em 2015, começaram as mudanças para controlar o orçamento, atingindo o auge com o teto ao crescimento dos gastos públicos no ano seguinte, mas, agora, estão em marcha lenta até a definição eleitoral. A sobrevivência do teto presume mudanças complementares, como as da Previdência, adequação salarial dos três poderes, subsídios, ritmo de gastos sociais e outras. Sem novas reformas, é fácil prever que o teto ruirá.

A expectativa dos investidores em novas unidades produtivas, por exemplo, é de que a dívida pública sairá de controle. Mais na frente aparecerão aumentos tributários, caso não haja tendência de queda do déficit público. Isso derrubaria a previsão de lucratividade de projetos, eventualmente tornando-os inviáveis durante a execução. Na dúvida, esses investidores seguram seus investimentos até que a situação fiscal do país fique definida. Como consequência, o crescimento econômico continua baixo.

Um caminho alternativo é estimular a economia pelo aumento dos gastos públicos, ao custo de déficit público e dívida crescentes.

Os investimentos públicos, num momento de carência de infraestrutura, têm alto efeito multiplicador sobre a produção, o emprego e a produtividade.

A partir de 2012, houve estímulo à economia com a ajuda de controle de preços, redução forçada da taxa de juros e aumento de crédito subsidiado, financiado por dívida pública. A consequência foi a continuidade da pressão inflacionária que forçava o teto da meta de inflação. Em consequência, a dívida pública explodiu.

O aumento de gastos, nesse caminho, implicaria o abandono da busca de déficit público decrescente. Seria o caso, por exemplo, de retomar pequenas obras paradas. Haveria abandono do teto de gastos, mas um estímulo ao maior crescimento econômico. Contudo, a dívida pode subir de novo, levando ao aumento de juros e à posterior desaceleração da economia. Os defensores desse caminho acreditam que isso não ocorreria.

A partir da eleição do novo governo, nas próximas semanas, o país terá uma ideia mais precisa de seu caminho macroeconômico. Isso, por si só, já destrancará muitos investimentos. No caminho de mudanças institucionais compatíveis com um ajuste fiscal rigoroso, haveria melhora dos índices de confiança de consumidores e empresários e um período de crescimento lento no início, porém sustentado durante mais tempo, viabilizando grandes investimentos privados. No caminho alternativo, do abandono do teto de gastos, ocorreria uma fase de crescimento mais curta, estimulando investimentos de lucratividade rápida.

**A PARTIR DA
ELEIÇÃO DO
NOVO GOVERNO,
NAS PRÓXIMAS
SEMANAS, O PAÍS
TERÁ UMA IDEIA
MAIS PRECISA DE
SEU CAMINHO
MACROECONÔMICO**

Diário Catarinense
Ânderson Silva
"Ouvidos Mucos"

Operação Ouvidos Mucos / Polícia Federal / PF / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Tribunal Regional Federal da 4ª Região / TRF4 / Mandado de Segurança / Marcos Dalmau / Ubaldo Cesar Balthazar

OUVIDOS MUCOS

Na semana em que a operação Ouvidos Mucos, desencadeada pela Polícia Federal (PF) na Universidade Federal de Santa Catarina em 14 de setembro de 2017, completa um ano, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, julga hoje o mandado de segurança da defesa do professor Marcos Dalmau contra as medidas cautelares impostas pela Justiça Federal de Florianópolis que o afastaram da instituição. O caso será analisado pela 7ª Turma do TRF4. A relatora é a desembargadora Salise Monteiro Sanchoatene.

EXTENSÃO

Outros quatro professores também foram afastados cautelarmente da UFSC desde o dia da operação. O recurso a ser julgado hoje não diz respeito a eles, mas se Dalmau tiver resultado favorável, isso pode representar uma tendência no caso dos demais docentes. Há 10 dias, o atual reitor, Ubaldo Balthazar, reuniu-se com os servidores afastados em um encontro fora da instituição, já que os cinco não podem entrar no local por conta da determinação judicial.

Notícias do Dia
Fabio Gadotti

UFSC / Simpósio Internacional sobre a Justiça e Humboldt-Kolleg



Acontece

●●● **Começou ontem e vai até sexta-feira no campus da UFSC** a oitava edição do Simpósio Internacional sobre a Justiça e Humboldt-Kolleg, que tem como tema "70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: uma apreciação crítica para a América do Sul". O evento reúne mais de 70 pesquisadores do país e do exterior.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Evento regional debate os desafios do ensino de física em Foz do Iguaçu](#)

[OAB promove Simpósio de Direito do Consumidor](#)

[Série Os Desafios de SC: o rombo bilionário da previdência é questão difícil de resolver](#)

[TRF4 determina que professor afastado por supostos desvios de verbas após ação da PF retorne à UFSC](#)